COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA À ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 5.865, DE 2016

PROJETO DE LEI Nº 5.865, DE 2016

Altera a remuneração de servidores públicos, estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho às aposentadorias e pensões e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado LAERTE BESSA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Gostaria de esclarecer que a emenda Nº 2 do Deputado Rogério Rosso assegura apenas tratamento uniforme a servidores regidos pelo mesmo estatuto funcional (Lei 4.878/65) no sentido de rever os subsídios no mesmo momento.

Logo, a emenda não dispõe sobre valores nem concede aumento de vencimentos, não incorrendo na vedação constitucional prevista no art. 63, inciso I, alínea “a”.

Muito pelo contrário, a referida emenda apenas dá concretude a mandamento constitucional insculpido no artigo 37, inciso X, ao estabelecer que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.**”

Não obstante todo o exposto e o caráter meritório da referida emenda, votarei pela rejeição desta emenda nº 02 em respeito ao acordo estabelecido entre representante do Governo Federal com os membros da

Comissão Especial e este relator, no sentido de assegurar o encaminhamento das tratativas sobre recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal e evitar prejuízos ao andamento deste PL que concede reajuste a outras carreiras federais.

Como forma de consolidar o compromisso, este Relator e os demais Deputados Federais que subscrevem esta Indicação, que sugerem ao Presidente da República a adoção urgente das medidas necessárias para que, em respeito ao regime jurídico único dos policiais federais e policiais civis do Distrito Federal, seja enviada **MEDIDA PROVISÓRIA**, em razão da urgência e relevância que a matéria requer, prevendo a recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal, nos moldes propostos aos policiais federais no Projeto de Lei nº 5.865/2016.

Face ao exposto, o voto é:

I – pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.865, de 2016;

II – pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação orçamentária e financeira da Emenda 2;

III – pela inconstitucionalidade, injuridicidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas 1, 3 a 20 e 22 a 31;

IV – pela inconstitucionalidade e injuridicidade da Emenda nº 21;

V – no mérito, pela rejeição das Emendas 1 a 31;

VI – pelo envio da indicação em anexo ao Executivo.

REQUERIMENTO

Requer o envio de Indicação ao Poder Executivo Federal, sugerindo a adoção urgente das medidas necessárias para preservar a manutenção do regime jurídico único dos policiais federais e policiais civis do Distrito Federal, no sentido de que seja enviada medida provisória, em razão da urgência e relevância que a matéria requer, prevendo a recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal, nos moldes propostos aos policiais federais no Projeto de Lei nº 5.865/2016.

Excelentíssimo Presidente da Câmara dos Deputados,

Nos termos do art. 113, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja remetida ao Excelentíssimo Presidente da República a Indicação em anexo, sugerindo a adoção urgente das medidas necessárias para preservar a manutenção do regime jurídico único dos policiais federais e policiais civis do Distrito Federal, no sentido de que seja enviada medida provisória, em razão da urgência e relevância que a matéria requer, prevendo a recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal, nos moldes propostos aos policiais federais no Projeto de Lei nº 5.865/2016.

INDICAÇÃO

Sugere ao Poder Executivo a adoção urgente das medidas necessárias para preservar a manutenção do regime jurídico único dos policiais federais e policiais civis do Distrito Federal, no sentido de que seja enviada medida provisória, em razão da urgência e relevância que a matéria requer, prevendo a recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal, nos moldes propostos aos policiais federais no Projeto de Lei nº 5.865/2016.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos assistido atônitos a forma como a Polícia Civil do Distrito Federal tem sido desprezada, a instituição policial civil que sempre foi uma das referências nacionais.

A Polícia Civil do Distrito Federal e a Polícia Federal são regidas pelo mesmo regime jurídico estabelecido na Lei Federal nº 4.878/65.

Como dispõe a ementa da referida Lei, ela “Dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal”, ambas as instituições organizadas e mantidas pela União.

Com base nesse mesmo regime jurídico, os policiais federais e civis do Distrito Federal se submetem exatamente aos mesmos direitos e obrigações. Ou seja, os policiais de ambas as instituições se submetem às mesmas regras funcionais, razão pela qual mantém uma paridade salarial histórica.

Importante lembrar que, tal como ocorre com os policiais federais, desde 2009, a recomposição salarial das carreiras da PCDF foi de apenas 15,76%, enquanto o acumulado de inflação chega a 62,29%, o que resulta em uma perda inflacionária de 46,53%.

Os investimentos da União e a paridade de vencimentos entre policiais civis do Distrito Federal e policiais federais sempre garantiram a excelência da prestação de serviços dessas instituições, sendo inegável que a Polícia Federal é referência na sua área de atuação, enquanto a PCDF é referência no quesito Polícia Civil, sempre avaliada como a melhor do país.

Pois bem. No passado recente, quando todas as categorias do Distrito Federal recebem reajustes pomposos, inclusive a Polícia Militar, e muitas tiveram suas carreiras reestruturadas, a única instituição que não teve qualquer benefício foi a Polícia Civil, sob o argumento de que criaria uma distinção com a Polícia Federal, ou seja, o argumento para manter os policiais civis do Distrito Federal fora de qualquer benefício foi o de que não poderiam receber reajuste sem que fosse estendido aos policiais federais.

E assim acolheu-se o justo argumento, de modo que os policiais civis do Distrito Federal decidiram por aguardar a recomposição salarial da Polícia Federal para receber igual tratamento.

Infelizmente, a recíproca agora não tem se mostrado verdadeira, pois foi apresentado o PL nº 5.865/2016, dispondo sobre a recomposição salarial dos policiais federais e outras carreiras federais, não contemplando os policiais civis do Distrito Federal.

Urge acentuar que a Polícia Civil é mantida exclusivamente por recursos federais do Fundo Constitucional do Distrito Federal e sua organização fundada nas mesmas leis federais que tratam da Polícia Federal, com fundamento na Constituição Federal.

Nesse sentido, compete à União dispor sobre a organização e a manutenção da Polícia Civil do Distrito Federal, nos termos do art. 20, XIV, da Constituição Federal.

A Súmula Vinculante nº 39 do Supremo Tribunal Federal, por sua vez, dispõe que “Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal”.

Assim, sendo os integrantes da Polícia Federal e Civil do Distrito Federal regidos pelo mesmo regime, seria natural se esperar que as propostas de reajustes fossem encaminhadas concomitantemente, como ocorre historicamente, evitando discrepâncias no tratamento dado aos servidores dessas instituições.

Todavia, nota-se o abandono da Polícia Civil do Distrito Federal, cujos servidores não foram contemplados em projeto de lei federal de recomposição salarial, sob o argumento de que se aguarda por uma manifestação (que não possui previsão ou fundamento legal ou constitucional) do Governador do Distrito Federal, cuja manifestação é dispensável para envio da proposta, de competência exclusiva do Presidente da República.

Além disso, podemos afirmar que a polícia civil é mantida pela União através de fundo constitucional com o objetivo de garantir a segurança da capital da República, onde estão sediadas as representações diplomáticas, embaixadas, a cúpula dos poderes da União, dentre outros.

A par do exposto, convém mencionar que este primeiro requerente é o relator do PL nº 5.865/2016, que recompõe de modo justo e merecido a remuneração de servidores federais.

No referido projeto, foram apresentadas 31 emendas, algumas corrigindo a distorção no sentido de que deixar fora do projeto os policiais civis do Distrito Federal.

A fim de evitar prejuízos às carreiras abrangidas pelo referido projeto, este relator da matéria acolheu acordo com representante do governo federal e membros da Comissão Especial do PL nº 5.865/2016 a fim de rejeitar todas as emendas apresentadas, com o compromisso de ser dado andamento nas tratativas acerca da recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal.

Como forma de consolidar esse compromisso, o requerente e os demais Deputados Federais que subscrevem esta Indicação sugerem a Vossa Excelência a adoção urgente das medidas necessárias para que, em respeito ao regime jurídico único dos policiais federais e policiais civis do Distrito Federal, seja enviada medida provisória, em razão da urgência e relevância que a matéria requer, prevendo a recomposição salarial dos policiais civis do Distrito Federal, nos moldes propostos aos policiais federais no Projeto de Lei nº 5.865/2016.

Sala das sessões, 24 de outubro de 2016.

Deputado **LAERTE BESSA**

Relator